



Marta Lança Trabalhadora independente em várias linguagens da área da cultura, editora do portal BUALA.

CABO VERDE NÃO CABE NAS ILHAS¹

1 julho 2026

Cabo Verde tem desafiado muitos determinismos sobre África e granjeado o reconhecimento internacional. A capacidade de transformar sobrevivência em comunidade é uma inspiração, mas as interrogações internas são muitas, num contexto dependente das remessas da diáspora e do setor turístico, com a persistência de desigualdades e dependências várias ao longo da sua história. O que reserva o futuro para um país que não cabe nas suas ilhas?

Livre da maldição dos recursos, ao arquipélago de Cabo Verde não lhe couberam nem petróleo, nem diamantes, nem rios caudalosos, nem grandes riquezas mineiras. Assim, investiu na educação, construiu uma democracia estável, assente na alternância partidária, instituições relativamente sólidas, nomeadamente uma administração pública funcional. E reconhecimento internacional. Visto de fora, Cabo Verde desafia muitos determinismos sobre África. Num continente tantas vezes reduzido, por preguiça ou racismo, a imagens de guerra, fome ou corrupção, Cabo Verde tornou-se uma espécie de exceção atlântica, o bem-comportado que vai progredindo à sua escala, projetando uma influência simbólica muito superior à sua mínima dimensão territorial.

Identidade e democracia num arquipélago que sempre se reinventou

Uma das interrogações persistentes de Cabo Verde é debater a sua identidade. Na história, na literatura, entre artistas, nos fóruns políticos parece estar sempre a ressurgir a pergunta: “Quem somos? Atlânticos, crioulos, africanos, macaronésios, europeus?” Uma discussão que atravessa a língua, a escola, a relação com África, a memória da escravatura, a diáspora, o turismo, a cultura e até o futebol. Essa capacidade de discutir a sua identidade e problemas sem, até agora, destruir a democracia é um grande mérito cabo-verdiano. Num tempo de polarizações violentas, tentações autoritárias e regressos nacionalistas, Cabo Verde vai mudando governos através do voto, produzindo consensos mínimos sobre o essencial. A democracia no país estará muito longe de ser perfeita – a verdade é que nenhuma o é – mas tem sabido preservar o pacto cívico. A eleição de mulheres para lugares centrais da vida política confirma uma ma-

turidade que muitos países maiores gostam de proclamar e nem sempre praticam. Porém, esta narrativa da estabilidade e da exceção – o “bom aluno de África” – corre o risco de esconder contradições e problemas agudos. Destaco alguns, sendo o principal as desigualdades de rendimento, património e bem-estar mas também regionais – há hierarquias entre ilhas “de primeira” e “de espera”. É difícil a mobilidade interilhas e a coesão nacional num território que depende de aviões e barcos para ligar os seus territórios, produzindo acessos assimétricos: consultas, escolas, trabalho, produtos, visitas e oportunidades. Está tudo mais concentrado na Praia e nas ilhas turísticas, Sal e Boa Vista. A crise da habitação afeta toda a população, mas pesa particularmente sobre os mais jovens. A violência urbana preocupa pais, famílias e bairros inteiros. O arquipélago continua a ser utilizado como plataforma do tráfico internacional e aumentou o consumo de drogas – *crack* nos bairros pobres; cocaína e outras substâncias entre as classes médias e altas. O turismo sexual cresce em várias ilhas, com especial incidência no Sal – recentemente foi desmantelada uma rede de exploração sexual de menores que envolvia estrangeiros, residentes e cidadãos cabo-verdianos.

O governo do PAICV recentemente eleito, cumprindo a alternância democrática, abre novo ciclo de expectativas perante os difíceis desafios de melhorar a habitação, os transportes e o desemprego jovem, o que ajudaria a estancar a emigração. E desenvolver muito mais a cultura, uma das grandes forças de Cabo Verde. Amílcar Cabral dizia, nos anos 1960, que «o povo não luta por ideias, nem pelas coisas que estão na cabeça dos homens. O povo luta para conquistar benefícios materiais, para viver melhor e em paz, para ver a sua vida avançar e garantir o futuro dos seus filhos». Com Cabral, acre-

ditamos que a política não serve para alimentar partidos, carreiras, vaidades, burocracias ou pequenos poderes autos-satisfeitos. A política deve concentrar-se na prioridade total de melhorar a vida das pessoas. É nessa bitola da vida concreta que qualquer governo democrático deve ser avaliado: na casa onde se dorme, nos salários, na qualidade das escolas, hospitais e transportes. Na possibilidade de caminhar nas ruas sem medo. Na liberdade de as mulheres ambicionarem ser o que quiserem, sem ficarem condenadas ao papel de cuidadoras e de mães solteiras (um padrão consecutivamente repetido entre cabo-verdianos). Há ainda muito por fazer para reforçar a confiança pública e aprofundar a transparência.

Passadas as celebrações dos cinquenta anos de independência e conquistado esse lugar de respeito internacional, as interrogações internas são muitas. O que fazer com o sucesso democrático? A estabilidade é muito boa, mas não basta. A quem chega o crescimento e a prosperidade? Se há salários de trabalhadores hoteleiros que equivalem ao preço de uma noite nesse mesmo hotel, a quem beneficia afinal o turismo, a única indústria nas ilhas? Existe um pensamento estratégico sobre cultura ou esta tem sido tratada como mero ornamento? A língua materna continuará a ser tolerada como “língua dos afetos”, institucionalmente secundarizada? Há condições para a juventude ficar nas ilhas ou segue no *vapor di imigrason*? A diáspora é apenas fonte de remessas e fábrica de saudades, ou será chamada a participar realmente na reinvenção do país?

A “diferença” de Cabo Verde

Historicamente, as ilhas estavam desabitadas – seriam mesmo?, a investigação está em curso – quando os portugueses e outros europeus ali chegaram no século XV. De qualquer modo, não existia um

reino conquistado, uma população autóctone ou uma língua dominante anterior à colonização. A sociedade cabo-verdiana nasceu, assim, no coração brutal do mundo atlântico: escravização de africanos, comércio colonial, circulação de mercadorias, corpos e línguas entre continentes. Antes de ser país, menos ainda Estado, Cabo Verde era um ponto de rotas, um porto de partidas e chegadas. Entreposto de escravizados, laboratório de vidas, escala de navios. Antes de se fundar como povo ou comunidade, foi um encontro profundamente desigual entre colonizadores europeus e populações africanas arrancadas às suas terras, obrigadas a esquecer línguas, hábitos e modos de vida. Esta origem singular e traumática marca ainda a sociedade cabo-verdiana.

Também no império português Cabo Verde ocupou a posição ambígua de “colónia diferente”. Durante o colonialismo, muitos cabo-verdianos foram incorporados na administração portuguesa e enviados para outras colónias, sobretudo para a Guiné-Bissau e Angola, ao mesmo tempo, que milhares de ilhéus eram empurrados para a duríssima exploração – sob escravatura e, mais tarde, serviços por “contrato” – nas roças de São Tomé, essa deslocação para sul foi particularmente violenta. A proximidade relativa de certas elites ao poder colonial coexistiu com fome, abandono, desigualdade e violência. Durante muito tempo, o arquipélago foi apresentado como uma ponte entre continentes, uma sociedade mestiça, harmoniosa, mais próxima de Portugal do que de África. O luso-tropicalismo encontrou em Cabo Verde um dos seus laboratórios preferidos, depois do Brasil: a suposta prova de que o colonialismo português teria sido integrador, doce, miscigenador, quase familiar. Um mito conveniente para Portugal que pesa na herança de Cabo Verde.

A história dá-nos, de facto, algumas pistas para perceber que a mestiçagem não aconteceu num campo neutro de afetos livres. Nasceu atravessada pela escravatura, pela hierarquia racial, pela violência sexual, pelo poder económico e domínio colonial. A ideia de harmonia racial serviu para esconder conflitos, silenciar a negritude e afastar Cabo Verde do continente africano, consolidando a imagem do cabo-verdiano como um “preto especial”: africano suavizado, mais civilizado, mais atlântico, mais próximo da Europa.

Outro marcador de diferença na questão colonial é o facto de Cabo Verde não ter vivido uma guerra de libertação no seu território, como Angola, Moçambique ou Guiné-Bissau, embora muitos cabo-verdianos se tenham juntado (e fundado) ao PAIGC de Amílcar Cabral, contribuindo decisivamente para a luta pela independência.

A pergunta “Cabo Verde é África?” é, ao mesmo tempo, absurda e reveladora. Absurda porque, geográfica, histórica e politicamente, Cabo Verde é África. Reveladora porque a dúvida nasce da colonização do imaginário, ou seja, de séculos de associação entre África e atraso, selvajaria, pobreza, desordem ou brutalidade. Vem do desejo de escapar à categoria racializada onde o mundo colonial colocou os africanos e da necessidade de algumas elites se sentirem distintas dos “irmãos da costa”, dos “africanos”, porque “os crioulos são diferentes”. O problema então, mais do que África, é aquilo que muitos cabo-verdianos foram ensinados a pensar sobre África. As heranças coloniais são eficazes quando interiorizadas pelos próprios colonizados, muitas vezes para se protegerem da violência do mundo.

De várias maneiras, a ideia de exceção cabo-verdiana foi sendo interiorizada, mas baralhou muitas mentes ainda por descolonizar. A ambiguidade crioula contém essa armadilha. Nos últimos anos, artistas, investigadores, jornalistas e ativistas têm regressado a esta ferida mal resolvida de forma corajosa, sobretudo entre as novas gerações. A relação com África.

África tinha impérios, línguas, cidades, sistemas políticos, comércio, cosmologias, pensamento, arte, espiritualidade e conflitos muito antes da expansão europeia. Mas muitas histórias nos países africanos são contadas a partir da chegada dos europeus, o que dificulta a construção de autoestima coletiva (não quero dizer nacional, com o peso que terá essa ideia). Se a história cabo-verdiana começa apenas na escravatura, então começa num gesto de amputação. É claro que nas ilhas cabo-verdianas, povoadas desde 1460 por europeus e povos da África Ocidental, é difícil averiguar muita coisa sobre as origens. «O cabo-verdiano vai até ao século XV e cai no mar. Nós não sabemos quem são, de onde vieram ou a etnia dos nossos tetravós», disse há

poucos anos Mário Lúcio Sousa numa entrevista. O processo histórico das ilhas afro-atlânticas distingue-se efetivamente de outros territórios colonizados por ocupação e esmagamento de populações locais, a própria criouldade incorpora esse corte das “raízes ancestrais”, a sua memória começa no momento em que foi violentado.

A recusa de morrer de fome

Uma experiência que atravessa quase toda a história moderna de Cabo Verde é a fome. Entre as décadas de 1920 e 1940, houve secas devastadoras e uma intensa fome entre 1941 e 1948. Morreram dezenas de milhares de cabo-verdianos. É preciso lembrar que essa fome não aconteceu simplesmente por uma mais demorada falta de chuva, foi totalmente produto do abandono colonial. Um crime político e moral. Nas ilhas acumulavam-se corpos e gente a tentar fugir, a metrópole salazarista recusou reconhecer a dimensão da tragédia, demorou a mobilizar ajuda e nada fez para impedir o desespero de as pessoas morrerem à fome. E ainda silenciou o assunto, sendo mais um dos crimes que não consta na cartilha das maravilhas que “deram novos mundos ao mundo”.

Como escreve o historiador José Vicente Lopes (2021), «a história das ilhas é a história de uma luta permanente contra a morte, onde a sobrevivência se tornou uma forma de identidade coletiva». Assim, é impossível compreender as questões de identidade de Cabo Verde sem esta memória da fome, que vai tendo mnemónicas na literatura, na música, nas histórias familiares, e até no modo como se pensa e vive a emigração.

Depois de conquistada a independência, em 1975, Cabo Verde herdou muito pouco para além da pobreza. Não havia grandes infraestruturas nem recursos capazes de financiar o Estado, a agricultura continuava sujeita às secas e a emigração aumentara brutalmente, avolumando a imensa comunidade cabo-verdiana em Portugal (atualmente com 76.000 pessoas), no início em São Bento, Alcântara, expandindo-se para toda a linha de Sintra, margem sul e Oeiras. Cova da Moura, Fontainhas, Vale da Amoreira são alguns dos bairros icónicos da cabo-verdianidade.

A diferença da gestão da fome é que, ao contrário do tempo colonial, depois da independência, o poder político respon-



dia diretamente perante a população das ilhas, e não perante Lisboa. E também mudou de perceção: se, durante décadas, a fome fora administrada como uma fatalidade em que morrer de fome era natural, passou a ser entendida como problema político. Na realidade todas as fomes são um assunto político.

Aponta-se o ano de 1991 como início da democracia, pelo multipartidarismo, mas o Estado veio antes. Foi no período do partido único (PAIGC e depois com o PAICV) de grande centralização do Estado – muita vigilância ideológica e limites às liberdades partidárias – que se construiu, praticamente do zero, a administração pública, a rede escolar, o sistema nacional de saúde, os programas de vacinação e a alfabetização. O planeamento permitiu enfrentar secas sem voltar a acontecer fomes daquela dimensão.

Regressamos à ideia de luta por uma vida melhor (de Cabral) – para comer, estudar, cuidar da saúde, trabalhar, criar os filhos e envelhecer com dignidade – enquanto critério de avaliação sobre os cinquenta anos de independência. Apesar da ideologia muito marcada na Geração de Cabral, nem o debate ideológico – entre o socialismo e a abertura ao mercado – nem as experiências de modelos económicos são centrais em Cabo Verde. Antes de mais, está a contínua procura de condições para que as ilhas continuem habitáveis, e a sobrevivência.

A abertura ao multipartidarismo coincidiu com a abertura económica, e o Estado deixou de ser tido como único motor do desenvolvimento. As ilhas abriram-se ao investimento estrangeiro, à iniciativa privada, e integraram-se na economia global, sempre contando com as remessas da diáspora. A transição democrática em 1991 é considerada uma das mais tranquilas do continente africano. E a estabilidade política tornou-se um “ativo”, nomeadamente para atrair o turismo.

Num certo sentido, o modelo funcionou. Cabo Verde aparece nos indicadores internacionais de boa governação, reduziu a pobreza extrema, melhorou a esperança média de vida, expandiu o ensino superior, desenvolveu infraestruturas e consolidou a tal imagem de país seguro, previsível e aberto ao mundo. Foi nesse contexto que a expressão, acima referida, de “o melhor aluno de África” ia circulando, repetida por instituições internacionais e pela imprensa estrangeira.

A abertura ao mercado trouxe crescimento, investimento, turismo e maior circulação internacional, mas aprofundou novas e velhas dependências. Se Cabo Verde exporta sobretudo pessoas (“recursos humanos”), importa quase tudo o que consome, dependendo das remessas da diáspora, do turismo e da ajuda externa. Ou seja, mantém-se profundamente permeável às oscilações do mundo e as desigualdades cabo-verdianas de hoje explicam-se pelas consequências já conhecidas no guião do capitalismo neoliberal: concentração da riqueza, acesso desigual às oportunidades entre ilhas, precariedade laboral, habitação muito inflacionada – nas zonas turísticas e não só. Ou seja, mantém-se a impossibilidade de muitos jovens imaginarem um futuro nas ilhas.

As dependências, o turismo e os seus espelhos

O turismo tem sido sempre desigual na distribuição das suas promessas. Desde os anos 1990, Cabo Verde apostou fortemente nele como motor económico. Foi o setor que mais trouxe para as ilhas investimento, emprego, infraestruturas, receitas e visibilidade internacional. Foi

de facto transformador de paisagens e economias no Sal e na Boa Vista. Para um lugar com poucos recursos naturais, o turismo pareceu uma solução evidente. Os números impressionam: mais de um milhão de hóspedes por ano em estabelecimentos hoteleiros, crescimento contínuo depois do choque pandémica que acentuou a dependência dos mercados europeus.

Todos os paraísos têm o seu reverso infernal e quem faz acontecer o paraíso, sabe quanto custa mantê-lo e sobreviver nesse paraíso-inferno.

É sabido que o turismo de *resort*, sobretudo em modelo *all inclusive*, cria enclaves esmagadores. São lugares onde o visitante consome praia, sol, música, simpatia e segurança sem ter necessariamente contacto com as comunidades e as pessoas da terra, a não ser por transações comerciais. Fica arredado, voluntariamente, da complexidade do lugar. Compra descanso e prazer. Assim, o país da *morabeza* transforma-se em produto: suaviza-se o funaná e o batuque nos palcos de hotel e restaurantes, e a arquitetura copia fantasias, cúpulas arabescas, máscaras africanas, palmei-

FIGURA 1. MARCOS DA HISTÓRIA RECENTE DE CABO VERDE

Fonte: Elaboração própria.

1920–1922	Ciclo de seca extrema que gerou milhares de vítimas mortais.
1936	Fundação do campo de concentração do Tarrafal, na ilha de Santiago, para presos políticos do regime salazarista.
1941–1943	Uma das crises mais mortíferas da história do país. Estima-se que tenha dizimado dezenas de milhares de cabo-verdianos.
1941–1948	Período de emigração forçada em massa gerada pelas grandes fomes (período conhecido pela “Fome de 47”). O regime colonial português canaliza milhares de sobreviventes para as roças de cacau e café de São Tomé e Príncipe e infraestruturas em Angola.
1956	Amílcar Cabral funda o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde).
1961	Início oficial da luta armada de libertação nacional contra o colonialismo português.
1973	Assassinato de Amílcar Cabral, em Conacri, a 20 de janeiro.
1974	Queda do regime fascista em Portugal com a Revolução dos Cravos a 25 de abril.
1975	Proclamação oficial da Independência de Cabo Verde a 5 de julho.
1981	Rutura definitiva com a Guiné-Bissau e fundação do PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde).
1975–1990	Regime de Partido Único.
1991	Realização das primeiras eleições multipartidárias.
1992	Aprovação da nova Constituição da República democrática e adoção da atual bandeira e hino nacional.
2007	A União Europeia aprova o estatuto de Parceria Especial com Cabo Verde (o primeiro com um país africano). A Organização Mundial do Comércio (OMC) aprova a adesão de Cabo Verde.
2008	Cabo Verde deixa a lista de Países Menos Avançados (PMA) da ONU, sendo graduado para País de Rendimento Médio.
2024	A Organização Mundial da Saúde (OMS) certifica Cabo Verde como um país livre de malária (paludismo), tornando-se o terceiro país africano a atingir este marco histórico.

ras cenográficas. Uma espécie de Las Vegas atlântica mas com mais vento. Até camelos e tendas foram levados para a Boa Vista para simular as Arábias. A paisagem torna-se mercadoria, a cultura vai-se ajustando ao gosto do visitante, e o preço da habitação não está acessível a quem precisa. Em Cabo Verde, os grandes empreendimentos ocupam zonas costeiras, os trabalhadores vivem longe dos espaços onde servem.

Nada contra haver turistas, essenciais nas ilhas, tudo contra organizar o território em função do turismo.

Cabo Verde conhece bem as dependências: primeiro dependeu das rotas atlânticas e dos poderes coloniais; depois das remessas da diáspora e da ajuda internacional; hoje depende fortemente do turismo global, ou seja, não se liberta dessa vulnerabilidade. A pandemia mostrou, lá como em muitos lugares do mundo, quanto uma crise externa pode atingir brutalmente o turismo, enquanto economia que depende da circulação de pessoas. É quase certo que a crise climática também afetará este arquipélago de recursos hídricos limitados, sujeito a secas, sem capacidade de resposta a tempestades (como a de 2025 em São Vicente) e suscetível à subida do nível do mar. Perante este quadro, não convém pôr todas as fichas na cultura de turismo superintensivo em consumo territorial, por mais que lindas e encantadoras as praias, as pessoas a música.

Há ainda outra conquista extraordinária em Cabo Verde. Se durante séculos a escassez de chuva (e a negligência política) levou à fome, migração e morte, hoje, tornou-se uma referência africana na dessalinização da água do mar e na gestão de recursos hídricos. Produzir água significa consumir energia; produzir energia permanece dependente de escolhas económicas e ambientais. E a crise climática promete secas mais frequentes e imprevisíveis. Ora, o turismo aumenta exponencialmente o consumo de água num território onde cada litro continua a contar. Basta olhar para as terras áridas de muitas ilhas e percebemos que a abundância nunca fez parte da paisagem.

Uma rede intrincada em fusos horários diversos

A maior parte dos cabo-verdianos moram fora de Cabo Verde, na proporção de 500.000 para 2.000.000. Boston,

Lisboa, Roterdão, Paris, Luxemburgo, Dakar, Luanda, São Tomé: a geografia cabo-verdiana prolonga-se nos bairros, associações, restaurantes, igrejas, equipas de futebol, rádios comunitárias e grupos de *WhatsApp* espalhados pelo mundo numa rede intrincada em fusos horários diversos.

Quase todas as famílias cabo-verdianas têm cabo-verdianos no mundo. As crianças podem aprender o crioulo cabo-verdiano ao telefone com avós que vivem a milhares de quilómetros. Quando vão às ilhas de férias, é frequente ouvir como é emocionante esse desejado reencontro, sem esconder um certo incómodo. Quem saiu mudou, quem ficou também, então o imensamente sonhado e planeado regresso, vive de muitas projeções e fantasias. Ir embora, emigrar, foi quase sempre o modo mais realista de melhorar as condições de vida, embora quase sempre haja dificuldades acrescidas como muita exploração e racismo. Os ilhéus crescem a olhar para o aeroporto, com os planos de estudar fora, trabalhar fora. É preciso tratar de documentos, conseguir um visto. Voltar um dia ou talvez não. As remessas dos emigrantes ajudam a construir casas, a pagar estudos, a abrir pequenos negócios, a enfrentar crises económicas e dificuldades familiares. Sustentam o país tanto quanto qualquer política pública.

Juventude em marcha

Cabo Verde tem uma relação muito concreta com os limites: repartir o que há, desenrascar o que falta. Num sistema que continua a identificar progresso com crescimento infinito – e das crises ecológica e social produzidas por esse mesmo modelo –, o talento de países pequenos e sem recursos como Cabo Verde, capazes de transformar sobrevivência em comunidade, é uma inspiração. Um modo de lutar por condições que talvez venha da experiência histórica de sobreviver à fome. Da prática de *djunta mon* – de partilhar mãos e recursos, interajuda entre vizinhos, parentes e emigrante. A música, que transformou perda e dor em coisas bonitas. Das mulheres que sustentam praticamente a economia doméstica durante décadas de emigração masculina. Toda essa energia que não se reduz aos diagnósticos e político-sociais-económicos e aos indicadores internacionais.

A juventude cabo-verdiana parece menos disposta a essas categorias identitárias entre África, Atlântico, Europa e mundo. Pode ouvir *rap* em crioulo, *afro-beat* nigeriano, *kizomba* angolana, *drill* francês, mornas antigas e *funk* brasileiro. Muitos cabo-verdianos que estudam e trabalham em Portugal ou filhos de imigrantes cabo-verdianos, estão no centro da luta antirracista, alguns abraçam valores revolucionários como o Movimento Vida Justa. Usam o português como ferramenta sem o aceitar como medida de superioridade. Reivindicam Cabral atualizando o sentido da sua luta e pensamento sem querer transformar Cabral num ícone politicamente inócuo. Podem amar a Cesária Verde e, ao mesmo tempo, sair da asfixia da “saudades”. Defender a língua cabo-verdiana sem desprezar outras línguas. Colocar África no centro do debate sem negar a criouldade. Libertá-la da versão mais higienizada, desarrumá-la como campo de tensão. A cultura crioula não nasceu da harmonia, mas não tem de ficar prisioneira da violência original e pode olhar para o continente africano não como ameaça à especificidade cabo-verdiana, mas como parte amputada de uma conversa que precisa de muito mais conhecimento e trocas. ●

<https://doi.org/10.26619/2183-4822.2026.CJ.9>

Nota

¹ Este artigo corresponde a uma adaptação do texto publicado originalmente no portal BUALA, em junho de 2026, em duas partes: Parte 1 – <https://www.buala.org/pt/a-ler/cabo-verde-nao-cabe-nas-ilhas-parte-1>, e Parte 2 – <https://www.buala.org/pt/vou-la-visitar/cabo-verde-nao-cabe-nas-ilhas-parte-2>.

Referências

- Cabral, Amílcar (1965). *Palavras de Ordens Gerais do nosso Partido*, PAIGC. Excertos em <https://redsails.org/pt/tell-no-lies/>
- Lopes, José Vicente (coord.) (2021). *Cabo Verde Um Corpo Que se Recusa A Morrer*. 70 anos contra fome, 1949-2019. Spleen Edições, 2021.
- Lúcio Sousa, Mário. “Nós não somos só cabo-verdianos fechados no nosso umbigo, somos crioulos do mundo”. *Entrevista ao Diário de Notícias*, 28.04.2024. <https://www.dn.pt/sociedade/nos-nao-somos-so-cabo-verdianos-fechados-no-nosso-umbigo-somos-crioulos-do-mundo>
- RFI (2023). Cabo Verde: Mário Lúcio em Paris divulga “Migrants”. *Audio/Video*, Rádio França Internacional, janeiro de 2023. <https://www.youtube.com/watch?v=7322dnXxCvk>